

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A), COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC

Assunto: Pregão Eletrônico n.º 03/2025– Recurso contra habilitação.
Recorrente: FOSTER.
Recorrido: CLIC PRODUÇÕES LTDA.

FOSTER COMPANY LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 42.769.048/0001-09, localizada o à Rua 1500, nº 820, sala 2003 F-04, Centro, Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP 88330-526, por intermédio de seu representante legal Sr. Carlos Alves Borges, inscrito no CPF sob n.º 078.678.999-95, com telefone para contato (48) 9 99089397, endereço eletrônico contato@fosterprodutora.com.br e editais@fostercompany.com.br, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos termos do artigo Art. 165, inciso I, da Lei 14133/2021, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da errônea HABILITAÇÃO da empresa *Recorrida CLIC PRODUÇÕES LTDA.*, no referido Pregão, sob o argumento de que não apresentou balanço patrimonial de acordo com o instrumento convocatório devendo ser inabilitada, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. **DECISÃO RECORRIDA**

Cuida-se de processo licitatório da modalidade Pregão Eletrônico, regido pela lei nº 14133/2021, cujo objeto é os serviços de transmissão para o 31º torneio de verão de Schroeder. Serviços necessários para realizar a cobertura de todos os jogos, transmitindo os jogos via YouTube e Facebook., sob o valor global de R\$ 67. 357,33 (*sessenta e set mil trezentos e cinquenta reais e trinta e três centavos*).

O início da sessão ocorreu às 10:00 horas, do dia 29 de janeiro o de 2026, no Portal de Compras do Governo.

Após o encerramento da sessão, a *Recorrida* **apresentou a melhor oferta para a Administração Pública**, na sequência, foi convocada para apresentar proposta readequada e documentos de habilitação, conforme instrumento convocatório.

Entretanto, a decisão da Sra. Pregoeiro, é equivocada, visto que se equivocou na em afirmar que a empresa *Recorrida* teria apresentado documento de habilitação em conformidade com o edital, posto que não observou que a empresa deixou de apresentar índices financeiros contatáveis.

Logo, a *Recorrente* vem, inconformada com a decisão de habilitação, apresentar as razões que seguem, visando alterar a injusta e ilegal decisão proferida. Frisa-se que as razões são tempestivas, com o presente recurso é tempestivo.

2. FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS

É imperioso destacar que, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitadoras. Impõe à Administração e ao licitante interessado a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade, positivado pela lei 14133/21.

Antes de observar o Edital e condicionar-se a ele, as licitantes devem verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade. Alocamos o Edital como derradeiro instrumento normativo da licitação, pois regulamenta as condições específicas do certame.

Dessa maneira é o princípio que vincula tanto a Administração quanto os interessados, desde que, como salientado, as regras editalícias estejam em conformidade com as leis e a Constituição Federal.

No presente caso, os índices financeiros e formulas contábeis não foram demonstradas pela licitante, requisito indispensável exigido.

Existe normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade, sobre o que deve constar em um Balanço Patrimonial na Forma da Lei.

Vejamos o que diz a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC ITG 1000 (R1):

Seção 3

Apresentação das Demonstrações Contábeis Alcance desta seção

[...]

Conjunto completo de demonstrações contábeis

3.17 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

(a) balanço patrimonial ao final do período;

(b) demonstração do resultado do período de divulgação;

(c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;

(d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;

(e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;

(f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Nesse sentido, verifica-se que a referida empresa não apresentou balanço patrimonial completo, sendo ausentes as notas explicativas, parte que integra o balanço patrimonial.

Nos termos da cristalina exigência acima, resta clara a necessidade de apresentação do balanço patrimonial NA FORMA DA LEI. Emerge desse nicho o conceito de NOTAS EXPLICATIVAS, que são informações inseridas no conjunto de demonstrações, que se prestam a complementá-las e/ou esclarecê-las, para fins de proporcionar a adequada e necessária compreensão das peças contábeis.

Portanto, ao analisar a exigência de que o Balanço seja apresentado NA FORMA DA LEI, remetemo-nos à consulta à norma vigente, para, então, avaliar o estrito cumprimento dela. Nesse sentido, dispõe o art. 176, §5º, da Lei nº 6.404/76: As NOTAS EXPLICATIVAS devem:

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e IV – indicar: a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; f) o número, espécies e classes das ações do capital social; g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Ainda, dispõe a Resolução 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade a apresentação das notas explicativas torna-se obrigatória, pois faz parte do conjunto completo de demonstrações contábeis (vide Seção 8 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS das Normas Brasileiras de Contabilidade NBC 1000).

A referida exigência é reforçada também na Resolução 1.418/2012 do mesmo Conselho:

Demonstrações contábeis:

26.A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários. 39.No mínimo, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis devem incluir: (a) declaração explícita e não reservada de conformidade com esta Interpretação; (b) descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades; (c) referência às principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis; (d) descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade; (e) descrição resumida de contingências passivas, quando houver; e (f) qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis.

Assim, todas as empresas, sejam elas “ME/EPP’s, LTDA ou S/A“, “Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples Nacional“, precisam apresentar o Balanço Patrimonial com as “Notas Explicativas”.

Diante do entendimento de que as notas explicativas são informações essenciais para exprimir com clareza a situação do patrimônio da empresa, NÃO SE PODE ADMITIR a omissão nos documentos de habilitação da concorrente, que simplesmente deixou de atender à referida regra.

No mesmo sentido, veja-se o entendimento jurisprudencial, implacável no sentido de que o descumprimento das exigências de qualificação econômico-financeira leva, inevitavelmente, à inabilitação:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EDITAL - EXIGÊNCIA REFERENTE À COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA QUE NÃO SE MOSTRA EXACERBADA - DESCUMPRIMENTO - INABILITAÇÃO - LEGALIDADE A fase de habilitação não deve conter exigências de rigorismo exacerbado, sob pena de inviabilizar o desiderato máximo do procedimento licitatório, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa aos interesses públicos. Contudo, verificada a razoabilidade da exigência, impõe-se o seu cumprimento ou, quando muito, a impugnação dos termos do edital a tempo e modo. (TJ-SC - AI: 20090614985 Capital 2009.0614985, Relator: Luiz César Medeiros, Data de Julgamento: 02/03/2010, Terceira Câmara de Direito Público).

Além da ausência do balanço patrimonial completo, é possível ainda, verificar que a empresa licitante não apresentou os índices econômicos financeiros com aplicação da formula, conforme o edital breve.

Consequentemente, requer-se que seja remetido o presente recurso a contabilidade do referido órgão, para verificar a aplicação dos índices conforme exige o instrumento convocatório.

Desta forma, requer o recebimento e processamento do presente recurso, em todos os seus ulteriores termos, e, não havendo reconsideração da ilegal decisão, sejam os autos remetidos a autoridade superior para os procedimentos *ex legis*, a fim de que o recurso seja provido, a fim de declarar a empresa ***Recorrida Inabilitada*** e os itens que fora vencedora lhe seja adjudicado, **SOB PENA DE REPRESENTAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, BEM COMO, MINISTÉRIO PÚBLICO.**

2.1. ESCLARECIMENTO ITEM 04

Por fim, cumpre esclarecer que, a referida empresa *Recorrente* manifestou intenção de recurso no lote 04, antes de ser convocada para apresentar proposta, após a inabilitação da primeira colocada.

Explica-se.

Dessa maneira, a empresa manifestou intenção de recurso contra os documentos de habilitação da primeira colocada, tendo passado a intenção de recurso de 15 (quinze) minutos, foi declarada a inabilitação da primeira colocada e a convocação da *Recorrente* para apresentar proposta.

Posto isso, não trata-se de recurso meramente protelatório, a *Recorrente* iria apresentar recurso no lote 04, porém, a empresa primeira colocada foi devidamente inabilitada, sendo convocada a *Recorrente*, situação posterior a intenção de recurso.

ISTO POSTO, requer-se a Vossa Excelência:

- 2.2. NO MÉRITO**, seja reanalisada a referida decisão sobre os argumentos novos narrados, determinando a suspensão da aplicação da penalidade;
- 2.3.** Que todas as publicações, notificações e intimações sejam realizadas exclusivamente no endereço eletrônico editais@fostercompany.com.br e contato@fosterprodutora.com.br.

PEDE DEFERIMENTO
Balneário Camboriú, 2 de fevereiro de 2025

FOSTER COMPANY LTDA.